

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1006634-87.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Embargante: **Maria Celia Bruno Sirio**
 Embargado: **Felipe Alexandre da Rocha e outro**

MARIA CELIA BRUNO SIRIO ajuizou ação contra FELIPE ALEXANDRE DA ROCHA E OUTRO, pedindo o levantamento da penhora que recaiu sobre a fração ideal do imóvel que lhe pertence. Alegou, para tanto, que é casada sob o regime da comunhão universal de bens com Gustavo Adolfo Sirio, o qual teve penhorada a sua quota-parte no imóvel matriculado sob o nº 26.095 sem a devida intimação de sua cônjuge.

Suspendeu-se o curso da ação principal, no tocante ao bem embargado.

Os embargados foram citados e não apresentaram defesa.

A embargante requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Incidem no caso *sub judice* os efeitos da revelia, pois os embargados deixaram de apresentar contestação.

A embargante teve a oportunidade de exercer sua defesa contra a constrição realizada, de modo que não há que se falar em nulidade pela ausência de sua intimação nos autos principais. Assim entende o E. Superior Tribunal de Justiça:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

PROCESSO CIVIL. VIOLAÇÃO À ENUNCIADO DE SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE. EXECUÇÃO CONTRA CÔNJUGE MEEIRO. PENHORA SOBRE BEM INDIVISÍVEL DO CASAL. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO CÔNJUGE. FINALIDADE DO ATO ATINGIDA PELA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIROS.

1. O enunciado de súmula de jurisprudência não se inclui no conceito de legislação federal, sendo imprópria a arguição de ofensa às Súmulas 251/STF e 303/STJ. Recurso não conhecido quanto ao aludido argumento.
2. A necessidade de intimação do cônjuge do devedor prevista no revogado parágrafo único do art. 669 do CPC deve ser afastada quando for atingida a finalidade do ato por meio da oposição de embargos de terceiros pelo cônjuge meeiro. Precedentes.
3. Recurso especial conhecido em parte e não provido. (REsp 1136706/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2009, DJe 17/11/2009).

Conforme demonstra o termo juntado à fl. 16, a penhora não recaiu sobre a totalidade do imóvel, mas apenas sobre a fração ideal pertencente ao executado Gustavo Adolfo Sírío. Dessa forma, constata-se que a parte ideal da embargante não seria atingida pela constrição judicial, ou seja, o seu direito de meação estaria resguardado.

Poder-se-ia ressaltar que, tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto de eventual alienação do bem, nos termos do art. 843 do Código de Processo Civil.

Sucede que adjudicou-se ao embargado exequente a parcela ideal de 16,67% pertencente ao executado Gustavo Adolfo Sírío (fls. 57), sem reserva da meação pertencente ao cônjuge, ora embargante.

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br


Diante do exposto, acolho o pedido, excluo da penhora a meação da embargante, MARIA CÉLIA BRUNO SÍRIO, sobre o imóvel matriculado sob nº 26.095, ao mesmo tempo em que reduzo a penhora e também a adjudicação em favor dos exequentes, ora embargados, KAMILA ISABEL DA ROCHA e FELIPE ALEXANDRE DA ROCHA, à parcela ideal de 8,3333% do referido imóvel.

Traslade-se cópia desta decisão e do trânsito em julgado, quando ocorrer, para os autos do processo de execução.

Condeno os embargados ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono da embargante, fixados por equidade em R\$ 1.000,00.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 30 de julho de 2016.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA